



PUC Minas

Secretaria de Ação Comunitária

NAI - Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com
Necessidades Educacionais Especiais

II ENCONTRO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INCLUSIVAS

Data: 22 de Agosto de 2007

Local: Auditório 03 – prédio 43 – Coração Eucarístico

Realização:

Núcleo de Apoio à Inclusão dos alunos com
NEE da PUC Minas

Av. Dom José Gaspar, 500 – Fone: 3319 4406 Fax: 3319-4611
CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
e.mail: nai@pucminas.br - www.nai.pucminas.br

NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – PUC MINAS

Profa. Maria do Carmo Menicucci
Mestre em Educação Especial
Coordenadora do NAI PUC Minas

Em consonância com a proposta de Inclusão da PUC Minas, o NAI vem ampliando e aperfeiçoando, ano a ano, a sua missão institucional de garantir o apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências auditiva, visual e física que ingressam na Universidade, através do desenvolvimento de atividades que viabilizem maior acessibilidade e conseqüentemente maior sucesso na vida acadêmica.

Neste sentido, as ações realizadas a partir de 2005 ultrapassaram o atendimento determinado por lei: aos alunos surdos a garantia do Intérprete de LIBRAS em sala de aula , aos alunos cegos a transcrição do material didático em BRAILLE e, aos alunos com LLM, a garantia de acessibilidade arquitetônica.

Mas o NAI foi além: procurou desde sempre conhecer as necessidades individuais de cada aluno em cada curso, acompanhar o seu desenvolvimento global e disponibilizar o suporte necessário à sua condição especial. E incluiu neste acompanhamento global também o atendimento às demandas apresentadas pelos coordenadores de cursos, professores, colegas e até mesmo pelas famílias que eventualmente nos procuraram para orientações específicas.

Destaca-se a importância da implantação, em 2007, do Laboratório de Tecnologias Assistivas, compartilhado com o recém-criado Curso de Tecnologia em Comunicação Assistiva- LIBRAS e Braille, que se constitui desde logo num espaço rico de ajudas técnicas facilitadoras do processo de aprendizagem para os alunos cegos , surdos e com limitações locomotoras matriculados na PUC Minas, além de proporcionar aos alunos em geral, aulas práticas de Libras, Braille e Comunicação Alternativa.

Crescentes também foram as demais demandas, internas e externas, que chegaram ao NAI: alunos de diversos cursos da PUC buscando orientações para seus trabalhos de conclusão de curso e de pesquisa; alunos, funcionários e professores interessados nas oficinas de LIBRAS e Braille; e Faculdades, Universidades, e outras

Instituições da sociedade civil, tanto públicas quanto privadas, interessadas na organização do NAI.

Mas, não obstante a ampliação constante dos desafios com que se defronta a cada semestre, o NAI vem alcançando muitas conquistas. Os resultados aparecem sutilmente, a partir do crescente número de alunos que, a cada semestre, procura a PUC como referência de Universidade Inclusiva, conforme comprova a série histórica anexa.

Com isto, percebemos o quanto é necessário consolidar nossos propósitos e reafirmar, cada vez mais, o compromisso com a coordenação das ações inclusivas na Universidade.

A educação brasileira tem hoje um grande desafio: garantir o direito à escola a todas as pessoas, independente de suas condições pessoais e a Universidade precisa se preparar para enfrentá-lo com eficiência. Este é um direito já garantido em lei.

A legislação brasileira contém um marco legal bastante avançado em termos da garantia de direitos às pessoas com deficiência, embora muito ainda se encontre no campo das letras e não no âmbito da sua concretização. Hoje temos um considerável número de dispositivos legais na forma de leis, decretos, portarias, resoluções, instruções e medidas provisórias, no âmbito das legislações federal, estadual e municipais, que, embora por si só, não alterem a realidade social, representam um avanço na área jurídica e na busca de direitos que vêm sendo historicamente negados aos cidadãos que apresentam alguma deficiência.

O trabalho que a PUC Minas vem assumindo como parte integrante de sua política institucional é um trabalho de vanguarda no espaço universitário brasileiro, que nos remete a desvendar um campo de atuação ainda muito pouco conhecido, referente não só ao provimento das ajudas técnicas necessárias ao aluno com deficiência, mas também ao envolvimento de toda a comunidade acadêmica com a construção da PUC Minas Inclusiva em todos os seus espaços e ações.

No entanto, por mais que a Universidade venha se empenhando na melhoria da qualidade do ensino, a realidade educacional do país e dos alunos com deficiência que hoje estudam na Universidade coloca desafios que necessitam ser solucionados tais como: adaptação e criação de material didático e mobiliário; recursos de apoio e suporte especial em sala de aula e extra-classe; elaboração de uma didática para ensinar; aceitação das diferenças; acompanhamento psicopedagógico e psicoterápico de alguns destes alunos.

Estudos relacionados com a inserção desses alunos no ensino superior que apontem para as respostas educativas às suas necessidades tornam-se urgentes, considerando-se a demanda concreta que hoje tem acesso à Universidade e a perspectiva crescente de aumento.

A Universidade, como uma instituição de reflexão e investigação, deve adequar espaços de ensino, pesquisa e extensão que se preocupem com as diferenças dos alunos, para que, de fato, concretize o seu compromisso com uma educação emancipatória para todos.

A criação do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAI) representa uma decisão corajosa da PUC Minas, uma vez que este é um trabalho de vanguarda no espaço universitário brasileiro. Isto nos obriga a desvendar um campo de atuação ainda muito pouco conhecido, referente ao suporte necessário ao aluno com deficiência, que, apesar das barreiras impostas pela sociedade em geral, conseguiu desafiá-las, superá-las e romper as portas da Universidade.

Se este aluno buscou e conseguiu o acesso ao ensino superior, cabe à Universidade garantir a sua permanência até a conclusão do curso que escolheu, conforme determina a Portaria do MEC Nº 3284 de 2003.

O NAI/PUC Minas encontra-se aberto às contribuições de todos os que integram a sua comunidade acadêmica e espera colaborar, efetivamente, para a inclusão do aluno com deficiência em diferentes espaços sociais. A responsabilidade pela inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na PUC Minas é de todos. Você - professor, funcionário, aluno - é nosso parceiro nesse desafio.

Atribuições do NAI

- Articular as diversas contribuições que a Universidade pode dar no sentido de melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual, auditiva ou motora;
- Estabelecer parcerias com outras instâncias da Universidade e com organizações externas, tendo em vista o fomento de programas de investigação, extensão e apoio no campo da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no espaço universitário;
- Coordenar a execução das atividades de apoio e suporte aos alunos, professores, funcionários e coordenadores de cursos da PUC Minas, quanto às necessidades educacionais especiais, de forma a garantir a inclusão destes alunos em todos os espaços acadêmicos da Universidade;

As ações do NAI são orientadas pelas seguintes diretrizes operacionais:

- Identificação dos alunos com necessidades educacionais especiais que procuram o ingresso na PUC, desde a fase do Vestibular;
- Apoio especializado a este aluno, de forma a assegurar o seu percurso escolar universitário;
- Apresentação de recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores destes alunos, visando facilitar a sua convivência, bem como o seu processo de ensino-aprendizagem;
- Suporte à implantação de medidas de acessibilidade nos campi da PUC Minas, de forma a permitir o acesso destes alunos aos vários espaços acadêmicos;
- Desenvolvimento de pesquisas permanentes sobre os avanços referentes às tecnologias que possam facilitar a inclusão dos alunos na Universidade;
- Seleção, orientação e coordenação de estagiários, monitores e bolsistas interessados neste campo de atuação;
- Promoção de eventos informativos e de sensibilização para alunos e profissionais interessados.

TOTAL DE ALUNOS COM NEE – SÉRIE HISTÓRICA

Período	Auditiva	Física	Visual	Total
2004	12	42	27	81
1º. sem 2005	26	46	33	105
2º. sem 2005	25	47	44	116
1º. sem 2006	29	52	51	132
2º. sem 2006	36	53	59	148

*** ALUNOS ATENDIDOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA NO 1º. SEMESTRE DE 2006**

Unidade	Auditiva	Física	Visual	Total
Arcos	0	2	2	4
Barreiro	2	4	2	8
Betim	0	9	7	16
Contagem	2	6	2	10

Coração Eucarístico	16	17	21	54
Poços de Caldas	3	3	3	9
São Gabriel	5	10	12	27
Serro	1	1	2	4
Total	29	52	51	132

* ALUNOS ATENDIDOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA NO 2^o. SEMESTRE DE 2006

Unidade	Auditiva	Física	Visual	Total
Arcos	0	1	2	3
Barreiro	2	5	2	9
Betim	0	7	10	17
Contagem	2	5	3	10
Coração Eucarístico	24	22	25	71
Poços de Caldas	3	3	5	11
São Gabriel	4	10	11	25
Serro	1	0	1	2
Total	36	53	59	148

* EQUIPE DO NAI

Unidades	Intérpretes 1 ^o sem. 2006	Intérpretes 2 ^o sem. 2006	Profissionais Especializados Intérpretes Oraís	Estagiários
		Intérpretes em LIBRAS		
Arcos	0	0	0	0
Barreiro	0	0	0	0
Coração Eucarístico	8	12	3	4
Betim	0	0	0	0
Contagem	0	0	0	0
Poços de Caldas	1	0	1	0
São Gabriel	2	4	0	0
Serro	0	0	0	0
Sub total	11	16	4	4
TOTAL	11	20	4	4

* MONITORES QUE APÓIAM O TRABALHO DO NAI

Unidade	Monitores de curso	Monitores Bolsa-trabalho
Arcos	1	0
Barreiro	4	2
Coração Eucarístico	0	6

Betim	0	6
Contagem	0	0
Poços de Caldas	0	1
São Gabriel	0	2
Serro	0	0
TOTAL	5	16

3 - AÇÕES DE DESTAQUE DESENVOLVIDAS PELO NAI

- Apoiar a integração e inclusão do aluno na universidade em todos os espaços e contextos.
- Informar a comunidade da Universidade sobre a legislação e as normas educacionais vigentes que beneficiam os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).
- Oferecer assessoramento técnico-pedagógico aos professores e coordenadores da universidade, sempre que solicitado, para a elaboração de um atendimento adequado às necessidades individuais do aluno.
- Garantir ao aluno a possibilidade de utilizar os equipamentos especiais do laboratório de Tecnologias Assistivas do Núcleo, quando necessário.
- Fornecer material didático especializado ou adaptado necessário ao aluno.
- Manter uma cabine de gravação devidamente equipada com finalidade de fazer gravações de materiais didáticos, textos literários e outros.
- Propor um programa de incentivo ao aluno da PUC para atividades de apoio ao aluno com NEE (monitor, leitor, bolsa-trabalho)
- Contribuir na discussão e redimensionamento do processo de avaliação do espaço acadêmico, tendo como referência as necessidades dos alunos com NEE.
- Propor convênios com outros organismos e instituições que possam implementar programas de apoio em parceria (como já ocorre com a Biblioteca Luiz de Bessa, a Fundação Dorina Nowil, a Federação Nacional dos Surdos, o INÊS (Instituto...), o MEC (Ministério da Educação e Cultura), o CORDE (...), e o Instituto Benjamin Constant).
- Promover eventos de informação e preparação de alunos, professores, funcionários e outros profissionais interessados.
- Elaborar Manuais e Cartilhas informativas para circulação interna.
- Contribuir com as comissões que realizam as ações para garantir a acessibilidade arquitetônica nos *campi*.

- Buscar estratégias de ação conjunta entre a equipe do NAI, o corpo docente e os serviços clínicos disponíveis na Universidade, visando facilitar o processo de inclusão.
- Orientar a criação de um setor especializado de apoio ao aluno com NEE nas Bibliotecas existentes nos *campi* da PUC.

O ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DA FAAG - FACULDADE DE AGUDOS

Dra. Relma Urel Carbone Carneiro
Docente da FAAG

O ingresso do aluno surdo no ensino superior ainda é bastante restrito em nosso país. Vários fatores contribuem para essa realidade, como a má qualidade de ensino oferecida aos surdos na educação básica, decorrente da falta de recursos humanos e estrutura organizacional das escolas voltados para tal especificidade, a baixa auto estima do surdo e de suas famílias que não vêm nele a competência necessária para tal aprofundamento acadêmico e a própria seletividade natural dos cursos de nível superior que não possuem vagas para todos, para citar alguns exemplos.

Vencendo a barreira do ingresso, os poucos surdos que chegam ao ensino superior enfrentam uma barreira ainda maior que é a permanência e conclusão deste curso.

Diante do discurso de inclusão social e educacional das minorias intensificado pós Declaração de Salamanca (1994), a sociedade brasileira tem buscado, ainda que em passos lentos, atender as demandas de pessoas com necessidades especiais nos mais variados segmentos.

A educação, que a meu ver, é um dos segmentos de maior entrave na busca desta equiparação de direitos e oportunidades, decorrente da dificuldade de mudança de concepção de seus atores, caminha na tentativa de transpor do discurso, que já está internalizado, para a prática ainda distante, uma educação de qualidade para todos.

O ensino superior mesmo com características muitas vezes bastante distintas das da educação básica, também precisa se reorganizar para atender com qualidade e equidade os alunos com necessidades especiais que nele ingressam.

No caso específico do aluno surdo, objeto desta explanação, é preciso primeiramente considerar sua condição lingüística diferente como fator principal na adequação necessária. Isso implica na obrigatoriedade da presença do intérprete de Libras na sala de aula. Obviamente que esta medida por si só não garante o sucesso do aluno surdo, que vai precisar também de gestores e professores preparados, adaptação curricular etc, porém, mesmo com essas medidas atendidas, sem o intérprete o aluno surdo não teria plena possibilidade de acesso ao currículo.

A presença do intérprete de Libras em sala de aula ainda não é uma realidade em todas as escolas, por fatores variados incluindo a falta de tal profissional no

mercado. Atualmente algumas ações tem sido desenvolvidas nesta direção, mas ainda contamos com improvisações na tentativa de favorecer a permanência e o bom desempenho do aluno surdo no ensino superior.

A Faculdade de Agudos - FAAG até o presente momento tem em seu curso de Pedagogia as habilitações nas áreas de deficiência mental e auditiva, de forma que vem trabalhando com a questão da inclusão educacional de perto. Embora as habilitações em educação especial tenham sido desvinculadas dos cursos de Pedagogia, atendendo as novas diretrizes, A FAAG mantém em sua nova grade curricular disciplinas que pretendem discutir a educação inclusiva, bem como continua desenvolvendo ações como projetos educacionais voltados para tais objetivos.

Este ano, porém, tivemos a matrícula de uma aluna surda no curso de Pedagogia o que nos fez reorganizar nossa sistemática de trabalho na graduação. A aluna é usuária da língua de sinais o que nos motivou na contratação de um intérprete para acompanhá-la nas aulas. Este profissional ainda é um pouco raro em nosso país, o que nos motivou também a oferecer na FAAG um curso de extensão em tradutor e intérprete de Libras, em parceria com a FENEIS de São Paulo.

No início do primeiro semestre realizamos uma reunião com os professores da aluna surda no sentido de orientá-los em como proceder, pois os mesmos ainda não tinham vivenciado tal experiência. Em algumas ocasiões trocamos experiências e dividimos angústias nos intervalos das aulas.

Aplicamos um questionário investigativo no início do segundo semestre com o intuito de avaliar como foi esta experiência vivida. Dos seis professores que ministraram disciplinas no primeiro semestre cinco devolveram os questionários respondidos.

No Quadro 1 pode ser visto os dados de identificação dos professores.

PROFESSOR	TEMPO SERVIÇO E. S.	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	DISCIPLINA MINISTRADA
1	7 MESES	PEDAGOGIA	ESPECIALIZAÇÃO	FIL. EDUC.
2	9 ANOS	C. SOCIAIS	MESTRADO	SOCIOLOGIA
3	5 ANOS	LETRAS	ESPECIALIZAÇÃO	COM. EXPR.
4	6 ANOS	GEOGRAFIA	DOCTORADO	MET. T C.
5	NÃO RESP.	NÃO RESP.	MESTRADO	PSICOLOGIA

Quadro 1 – Identificação dos professores

Foram feitas nove questões que podem ser vistas no anexo 1.

Faremos um breve relato dos dados encontrados nas respostas dadas pelos professores. Apenas dois informaram que souberam pela coordenadora do curso

sobre a aluna surda, sendo que outros dois ficaram sabendo já na sala com a turma e um professor soube pelo intérprete. Nenhum professor havia trabalhado no ensino superior com alunos surdos antes, apenas uma já havia trabalhado no ensino fundamental. Três professores referiram que receberam informações sobre as especificidades da aluna surda e todos concordam que ela precisa de intérprete. Em relação à necessidade de adaptação todos disseram que foi necessário, sendo que dois professores mencionaram a adaptação da avaliação. Sobre o desempenho da aluna, um professor não respondeu, um considerou difícil avaliar e três consideraram boa dada a presença do intérprete, a ajuda dos colegas e a própria dedicação da aluna. Considerando a interação da aluna com a turma três professores consideraram muito boa, um razoável e um muito boa com alguns. Quando perguntado sobre sua visão de inclusão de alunos surdos no ensino superior as respostas foram: positivo, necessária mas com melhor preparação, necessária, normal e falta esclarecimento. Sobre informações adicionais, referiram que foi uma experiência muito boa, que os professores também deveriam conhecer um pouco de Libras para melhor se comunicar, que é papel da educação dar melhores condições de vida para os surdos e também que falta melhor formação e mais informações.

Diante destes dados podemos avaliar pontos negativos e pontos positivos deste processo. É fundamental que haja formação em serviço também para os professores do ensino superior no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência. Porém, os dados também mostram que sem a atuação prática esta inclusão não acontecerá. Ao ingressar no ensino superior e com a sua presença exigir modificações, os alunos com deficiência estarão construindo a inclusão.

Estamos iniciando este caminho, cientes dos desafios e preocupados no aprimoramento deste processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994.

Anexo 1

- 1- Como você soube que teria um aluno surdo em sua turma?
- 2- Você já havia trabalhado com um aluno surdo antes? Se sim, como foi essa experiência?
- 3- Você recebeu informações sobre as especificidades deste aluno? Quais? Por quem?
- 4- Como é a comunicação desse aluno? Ele precisa de intérprete?
- 5- Foi necessária a realização de alguma adaptação?
- 6- Como você avalia o desempenho do aluno surdo na sua disciplina?
- 7- Como você avalia a interação desse aluno com o resto da turma?
- 8- Como você vê a inclusão de alunos surdos no ensino superior?
- 9- Você gostaria de completar com alguma outra informação que não foi mencionada no questionário?

Acesso, permanência e prosseguimento de estudos de nível superior de alunos com deficiência: ambientes inclusivos

Maria Teresa Eglér Mantoan¹

Universidade Estadual de Campinas- Unicamp

Faculdade de Educação

tmantoan@unicamp.br

No marco da promoção de uma política de acesso, permanência e continuidade dos estudos superiores de pessoas com deficiência, em condições de equidade, a Unicamp tem envidado esforços com o fim de fixar compromissos que correspondam aos acordos nacionais e internacionais sobre inclusão educacional de alunos com essa condição.

Somos um país de 24,5 milhões de pessoas com deficiência (14,5% da população) e a acessibilidade é uma responsabilidade e um direito de todos os cidadãos.

As ações do Ministério da Educação básica e superior e de outras entidades orientam-se no sentido de garantir maiores condições de inclusão de pessoas com deficiência, o que implica em uma demanda crescente desse segmento de alunos à educação em todos os seus níveis. Essa demanda conduz, necessariamente, a uma atualização das instituições educacionais em geral, para que se tornarem includentes. Esse processo de mudança já está sendo, pouco a pouco concretizado, por meio de ações ordenadas e circunstanciais, todas elas procurando cumprir preceitos constitucionais que asseguram a todos os brasileiros indistintamente, uma formação escolar que não se não diferencia pela deficiência dos seus alunos.

A situação impõe o incremento de espaços de reflexão sobre a inclusão e um posicionamento diante do assunto e a criação de estratégias nacionais e institucionais de ação, o que exige o compartilhamento de experiências significativas e mais adiantadas em diferentes instâncias e aspectos relativos à inclusão no ensino superior.

Analisar as linhas de atuação, os resultados de projetos significativos de educação superior inclusiva e construir agendas conjuntas com o fim de fomentar a inclusão nesse nível de ensino.

Precisamos conhecer as principais tendências e enfoques teóricos e subjazem às propostas, práticas pedagógicas e curriculares, referentes à educação inclusiva.

¹ Pedagoga, doutora em educação, professora dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação - Unicamp; coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp

Todos Nós - Unicamp Acessível²

Com o fim de se transformar em um espaço inclusivo de educação, a Unicamp tem procurado cumprir o seu papel de uma instituição aberta a todos, em que o acesso ao conhecimento é o grande mote a ser alcançado.

A necessidade de adequar o ensino nela ministrado à legislação vigente estimulou a criação, em 1999 de uma sala de acesso à informação e de um laboratório de apoio didático nas dependências da Biblioteca Central Cesar Lattes da Unicamp denominado Laboratório de Acessibilidade _ LAB, que foi inaugurado oficialmente, em dezembro de 2002.

O LAB constitui um espaço para o qual convergem trabalhos de diversos grupos de professores da Unicamp, sediados na Faculdade de Educação (FE), no Instituto de Computação (IC); pesquisadores, professores e especialistas do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Professor Dr. Gabriel Porto da Faculdade de Ciências Médicas (CEPRE/FCM), docentes e alunos da Faculdade de Engenharia Mecânica, da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura, do Núcleo de Informática Aplicada à Educação, da Faculdade de Engenharia Mecânica, entre outros.

Em 2003, concorremos e fomos agraciados com uma verba da CAPES/PROESP/SEESP/MEC para desenvolver, durante cinco anos, um projeto de educação inclusiva na Unicamp.

Organizamos um projeto de natureza interdisciplinar, fazendo confluir os trabalhos já existentes no LAB e reunimos nesse grupo de pesquisa pessoas com e sem deficiência e também contamos com a colaboração de profissionais e alunos que não têm um vínculo institucional com a Unicamp.

O Projeto TODOS NÓS - Unicamp Acessível, em função de sua natureza, pode agregar a seu grupo inicial outros membros, ampliando a abrangência de suas ações e diversificando-as. A abordagem teórico-metodológica que está sendo adotada na condução de nossas ações para o *design* e desenvolvimento de um espaço inclusivo do projeto na *web*, o Portal TODOS NÓS - www.todosnos.unicamp.br, e todas as demais iniciativas deste grupo de pesquisadores seguem os princípios do *Design* Universal. O Portal foi projetado a partir da perspectiva inclusiva de participação das pessoas com e sem deficiência, seguindo os preceitos do *Design* Participativo.

O Design Universal representa uma maneira de pensar a criação de produtos para todos, apesar das diferenças ou inabilidades de cada usuário. Seus princípios devem ser considerados no processo de *design* de sistemas interativos, como os propostos

² Nome fantasia do Projeto de acesso, permanência e continuidade dos estudos superior de alunos com deficiência: ambientes inclusivos.

por este projeto. Na perspectiva do Design Participativo, o artefato criado não é somente projetado para os usuários, mas com eles, colaborativamente. Para mediar as ações dos sujeitos na situação de *design*, utilizamos os artefatos da Semiótica Organizacional. Trata-se de uma disciplina que reúne teoria e métodos que permitem analisar sistemas de informação, a partir de três funções de informação humana: expressão de significados, comunicação de intenções e criação de conhecimentos.

Objetivos / intenções

O mote principal do projeto e de todas as iniciativas dele decorrentes é a inclusão irrestrita à Universidade, o que supõe o reconhecimento e valorização das diferenças dos alunos, a convivência e o compartilhamento do saber, em todos os níveis de ensino. Buscamos a autonomia e a independência dos usuários em sua vida acadêmica e social, a produção de material didático e o desenvolvimento e aplicação de softwares destinados a usuários com deficiência, especialmente para aqueles com problemas físicos e sensoriais. Para atender à abrangência e complexidade de nossas pretensões, o projeto envolve a planificação e execução de atividades integradas das áreas de conhecimento da educação, da computação e o Atendimento Educacional Especializado, um dos serviços da Educação Especial. Este serviço decorre de uma nova interpretação da educação especial, que não substitui a educação comum, mas complementa a formação de alunos com deficiência. A Educação Especial não constitui mais um sistema paralelo de ensino para pessoas com deficiência e altas habilidades, mas é uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino. O referido atendimento é proposto para eliminar/reduzir barreiras impostas pela deficiência ao prosseguimento dos estudos desses alunos em turmas comuns do ensino básico e superior. Seus conteúdos não são os acadêmicos, mas a língua de sinais, a Língua Portuguesa como segunda língua dos surdos, o código Braille e outros. Nossas linhas de atuação perpassam ainda a tecnologia assistiva, a interação humano-computador e o acesso à tecnologia e ao conhecimento.

Estamos envidando esforços no sentido de rever conceitos, desequilibrar velhas posturas conservadoras, instaurar a dúvida no que parece tão certo e óbvio, quebrar preconceitos seculares do ensino universitário.

O sucesso de nossas iniciativas está vinculado a mudanças paulatinas de atitudes da comunidade acadêmica, diante da inclusão escolar. Em um ambiente educacional pautado no mérito e na fragmentação das áreas do conhecimento, a idéia de uma aprendizagem transversal, de redes de conhecimento, de emancipação intelectual, que constituem pilares do ensino inclusivo, impõe um esforço redobrado de trabalho e um desejo de mudanças potencializado pela certeza de que este é o caminho certo.

Desafios

Um de nossos maiores desafios é constituir uma nova cultura de acesso ao conhecimento. Ela envolve o entrelaçamento de culturas que permeiam o *campus* e que nem sempre conseguem se manifestar, porque o peso do instituído, do dominante, do saber predominante nega, ignora as diferenças.

Como maximizar o potencial transformador da inclusão a não ser pelos mesmos canais que a produziram? Pensamos que chegaremos lá por meio de um projeto solidário, participativo, que vem da compreensão do direito de todos à educação, oriundo da melhoria da qualidade das relações sociais na Universidade e das escolas em geral.

A Universidade, na perspectiva inclusiva, passa a admitir uma visão de ciência humanizada e humanizadora.

O outro desafio que enfrentamos neste projeto é também uma das grandes questões da Ciência da Computação, no cenário brasileiro, ou seja, o de estabelecer sistemas computacionais e métodos que sustentem a formação de uma cultura digital em nossa sociedade. Estamos tratando de interfaces tecnologia/sociedade e interfaces sistemas computacional/usuário final. Almejamos uma mudança de foco: da interface propriamente dita (materializada em um produto) para a interação, que é um processo tornado possível por esse produto.

Todas as iniciativas no sentido de atingir os objetivos que traçamos têm sido marcadas pela colaboração entre pares, a começar pela própria equipe do projeto. Ele se denomina TODOS NÓS e esse nome corresponde ao que desejamos alcançar: uma Universidade aberta a todos, um espaço educativo de todos, indistintamente, e no qual ninguém fique de fora.

Campinas em agosto de 2007



NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UERJ: UM CONTEXTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Coordenação: Prof^a Dr^a Edicléa Mascarenhas Fernandes – Professora Adjunta da Faculdade de Educação- Conselheira do Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

O **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva – (NEI)** é parte integrante da estrutura organizacional da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e visa ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão acerca da temática da Educação Inclusiva para pessoas com deficiências e necessidades especiais. Embora a coordenação do NEI seja restrita a docentes efetivos da Faculdade de Educação da UERJ, poderão participar docentes e pesquisadores de outras unidades ou instituições acadêmicas, alunos de graduação e pós-graduação, e demais pessoas interessadas que atuem nas áreas de Educação Especial e Educação Inclusiva.

O NEI promove assessorias, sendo parceiro de órgãos públicos, privados, e organizações não governamentais de Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social, bem como empresas e / ou instituições que se proponham a trabalhar sob o enfoque da inclusão, em consonância com a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto 3298 / 99), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), o Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01) e o Decreto 5296/04.

Atualmente o núcleo desenvolve dois projetos de extensão: “Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando Linguagens” e o “Fórum Permanente de Educação Inclusiva – FORINPE”. O primeiro focaliza o conceito de adaptações curriculares de pequeno porte, a fim de auxiliar o professor na prática pedagógica em classes heterogêneas, mantendo um banco de adaptações no núcleo. Estas adaptações são construídas por alunos das disciplinas “Prática Pedagógica em Educação Inclusiva” e “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar” e pelos bolsistas do NEI, a seguir são catalogadas no Banco de Dados. Este banco é volante sendo apresentando em oficinas e encontros de redes de ensino (OCAS-Oficinas de Currículos e Adaptações). O outro projeto FORINPE, de metodologia participante, tem a finalidade de ser um

espaço aberto para discussão sobre o tema “Educação Inclusiva”, ocorre bimestralmente e conta com a presença da comunidade de pais, professores, gestores, pessoas com deficiências e demais profissionais para debaterem temáticas relativas à inclusão social. Os temas surgem do próprio grupo participante.

A partir dos projetos do núcleo, desenvolvemos o tripé docência, pesquisa e extensão. No que concerne à docência, três disciplinas vinculam-se ao NEI. As disciplinas Questões Atuais em Educação Especial e Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar são oferecidas no terceiro e sexto períodos do curso de Pedagogia, e a disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva vem sendo oferecida nos cursos de Licenciatura a partir do 1º semestre de 2006.

A disciplina oferecida nos cursos de Licenciatura é concebida a partir do pressuposto de educação inclusiva como um espaço de igualdade, liberdade, democracia, participação e autonomia, tendo como base o dispositivo legal da portaria 1793/1994 do Ministério de Educação e Cultura que recomenda a inclusão de disciplina obrigatória que trate dos aspectos ético-políticos da integração das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais nos Cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

O campo é propício considerando que esta disciplina possui uma característica singular pelo fato das turmas terem um caráter heterogêneo com alunos de diversas licenciaturas: Química, Matemática, História, Sociologia, Letras. Esta diversidade propicia ao docente da disciplina trabalhar desde o início o próprio processo de respeito à diferença e valorização da identidade do outro, processo este que o futuro professor também vivenciará nas escolas.

Estas disciplinas possuem metodologia inovadora, em que o aluno além de estudos teóricos desenvolve trabalho de campo avaliando o potencial inclusivo de escolas (através de questionário com indicadores de acessibilidade), e a confecção de adaptações curriculares de pequeno porte para aulas interdisciplinares.

No que concerne à pesquisa, o NEI possui bolsistas de Iniciação à Docência, Iniciação Científica e Estágio Interno Complementar. Atualmente, há os seguintes projetos em desenvolvimento: Atendimento Pedagógico Hospitalar, Acompanhamento de bebês no Ambulatório de Desenvolvimento Infantil, Arte como Espaço para Promoção da Inclusão e O Estado da Arte da Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro, projeto que avalia qualitativa e quantitativamente a oferta e modalidades de atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais nos municípios. O

projeto de Estágio Interno Complementar promove a organização do acervo bibliográfico do núcleo, das monografias, teses, dissertações, publicações científicas e documentos oficiais, que são disponibilizados para consulta.

O núcleo mantém intercâmbio permanente com o Projeto Rompendo Barreiras, que é uma atividade extensionista da Faculdade de Educação destinada a oferecer suporte pedagógico aos alunos com deficiência da Universidade e redes de ensino. Através do Núcleo de Estudos e Pesquisas e o Projeto Rompendo Barreiras, a UERJ se faz presente no Conselho Estadual para Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Cumpra-se a missão institucional de fomentar o intercâmbio universidade / comunidade; disseminando a cultura do respeito à diversidade e o direito a acessibilidade; acompanhando processos de produção de conhecimento e autonomia em grupos inclusivos; estimulando a criação de uma rede de educação inclusiva no Estado do Rio de Janeiro envolvendo a Universidade, órgãos governamentais, não governamentais e a sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERNANDES, E; GLAT,R; ORRICO,H; REDIG,A; FEIJÓ,G. A inclusão de pessoas com necessidades especiais através dos projetos de extensão do núcleo de estudos e pesquisas em educação inclusiva da UERJ. **Interagir: pensando a extensão**. RIO DE JANEIRO: UERJ, DEPEXT,2005

FERNANDES, E; GLAT, R. M. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial e II Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. São Carlos: UFSCar/PPGEEs; ABPEE, 2005.

FERNANDES, E. M. & ORRICO, H; REDIG, A.; NUNES, L.; VIDAL, T. Núcleo de Educação Inclusiva: um espaço de possibilidades. In: **Anais da 4ª Semana de Graduação da UERJ Sem Muros**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
VICE-REITORIA COMUNITÁRIA
PAC – SETOR DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO**

**SETOR DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO – PAC: Relatos de uma experiência de
inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**

**Sandra Eloiza Paulino
Supervisora do PAC**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Todas as guerras do mundo são iguais.
Todas as fomes são iguais.
Todos os amores, iguais, iguais, iguais.
Iguais todos os rompimentos.
A morte é igualíssima.
Todas as criações da natureza são iguais.
Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.
Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.
Não é igual a nada.
Todo ser humano é um estranho ímpar.

Carlos Drummond de Andrade

Contexto que justifica a criação do setor:

Influência do momento sócio-histórico e econômico no país, que reflete no tecido social e perpassa as relações internas, gerando: a) o aumento dos alunos com necessidades educacionais especiais; b) a importância de desenvolvimento de propostas de inclusão; e, c) a urgência de respostas institucionais para tratar das demandas psicossociais.

Princípios Educacionais e Comunitários que norteiam as ações do PAC

Visão de ser humano e de mundo que embasa o trabalho do PAC

O homem é um ser complexo que tem múltiplas potencialidades. Tende ao auto-conhecimento, à amplitude, à expansão e à integralidade. É um ser da relação e da ação que capta, apreende e responde ao mundo por intermédio da internalização de

suas vivências, das interações, de como percebe o meio e das informações de que dispõe.

Princípios, diretrizes e metodologia que norteiam o trabalho e funcionamento do PAC:

- Visão e ação perante a comunidade universitária tendo como base o funcionamento sistêmico, sua totalidade, a integralidade e a constituição da trama de relações internas (subjetivas) e externas (objetivas);
- Trabalho em parceria e rede: troca e articulação dos saberes e fazeres;
- Mediação de conflitos e interesses entre os diversos envolvidos;
- Interlocução e integração da comunidade junto aos gestores e instâncias da instituição;
- Reuniões e interações constantes enquanto estratégias de planejamento e construção coletiva que culminam na elaboração de propostas e projetos de prevenção e intervenção;
- Registro de informações, análise e avaliação de dados e reconhecimento das demandas dos indivíduos e grupos que caracterizem o perfil comunitário da instituição, bem como, que norteiem as diretrizes da política comunitária institucional.

Missão e funções do PAC

O PAC é um setor que acolhe, reconhece, orienta, media, encaminha e acompanha as situações e os casos que necessitem atendimento comunitário. Procura favorecer e facilitar as relações entre os integrantes da comunidade, a expansão do processo de individualização, o aumento do potencial para o ensino-aprendizagem e a qualidade de vida.

Objetivos do PAC

- Identificar as demandas e dar suporte para questões de natureza comunitária aos diversos segmentos da Universidade, alunos, professores e funcionários;
- Procurar conhecer e reconhecer as percepções, expectativas, expressões de desejos e necessidades presentes no cotidiano e na realidade das pessoas da comunidade universitária, favorecendo a transformação e o encontro de soluções criativas para o relacionamento e as colisões em e na comunidade;
- Promover ações preventivas, integradoras e de intervenção, por meio da participação dos componentes da PUC/SP e da articulação e parceria com os serviços e unidades existentes nos campi, de forma a criar condições para otimizar o convívio e melhorar a qualidade de vida das pessoas;

- Oferecer subsídios para a instituição aperfeiçoar sua política de Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Ações do PAC:

Programa de Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais Educacionais

1. atendimentos comunitários

Os casos atendidos exigem um trabalho em parceria, seja com a unidade encaminhadora, seja com as demais unidades e segmentos, internos e externos, que possam dar retaguarda para o enfrentamento e/ou resolução das demandas apresentadas. Para tanto, percorrem as seguintes etapas: a) reconhecimento da situação; b) contenção e identificação; c) avaliação e análise; d) encaminhamento; e, e) acompanhamento.

2. Projetos de Inclusão

A inclusão está relacionada diretamente ao sentido de “acolher e associar” as pessoas da comunidade, observando as necessidades e dificuldades vivenciadas por elas no cotidiano das relações comunitárias. Ocorre por meio de atendimentos individuais, pelo desenvolvimento de projetos específicos e de serviços.

2.1. Pessoas com deficiência:

Atividades Desenvolvidas

- Mapeamento dos estudantes com deficiência nos vários campi da Universidade;
- Busca de reconhecimento e parceria com outras IES que já desenvolvem trabalhos de inclusão a pessoas com deficiência;
- Acompanhamento de recursos estruturais para a implementação da política de acessibilidade;
- Trabalho em parceria com o Departamento de Recursos Humanos para formatação e execução de encontros de sensibilização com funcionários;
- Trabalho em parceria com a docente de referência para os alunos com deficiência auditiva, para a realização das seguintes ações: a) orientação aos docentes; b) orientação aos intérpretes e, c) acompanhamento dos alunos: avaliação dos intérpretes; assistência acadêmica e comunitária.

2.2. Sinta-se em casa – Estudante Convênio

Atividades Desenvolvidas

- Mapeamento dos Estudantes Convênio da Universidade;
- Realização de encontros e aplicação de uma pesquisa para identificação das necessidades e interesses de tais alunos;
- Sistematização de reuniões quinzenais, em conjunto com o professor Tutor, para trabalhar questões de ordem cultural;
- Organização de um evento semestral para divulgação de diferentes culturas, como estratégia de aproximação entre os estudantes;
- Inserção dos alunos em grupos de atendimentos específicos (apoio psicopedagógico, psicológico e fonoaudiológico);
- Criação de oficinas a partir da identificação das demandas individuais;
- Desenvolvimento de atividades esportivas e de integração

Rede de Atendimento à Comunidade Interna

A RACI tem como objetivo maior unificar as ações e os esforços dos serviços voltados à comunidade interna, com uma diretriz comum, efetivando o compromisso institucional de criar e estabelecer uma política de inclusão, por meio do oferecimento de uma rede especializada de apoio, principalmente ao estudante.

Atividades Desenvolvidas

- Estabelecimento de parceria com o Núcleo de Atendimento Clínico Fonoaudiológico a Estudantes Universitários, Supervisão e Estudos da Faculdade de Fonoaudiologia que já vem prestando atendimento aos alunos da Universidade.
- Parceria com o curso de Pós-graduação Latu Sensu de Psicanálise – oferecimento de atendimentos via estágio com supervisões clínicas;
- Parceria com o Instituto Sedes Sapientiae para atendimentos psicopedagógicos;
- Em construção de parceria com outros cursos de Pós-graduação Latu sensu da instituição.

VIII - Avaliação

- **Aspectos Positivos:**

O PAC vem contribuindo para a delimitação e desenvolvimento do espaço de atuação do comunitário, buscando se fortalecer enquanto mediador das relações institucionais,

por meio dos contatos, proporcionados seja pelos atendimentos de casos, seja pela elaboração de programas e projetos de prevenção/promoção de saúde e inclusão.

- **Desafios:**

a) Não se tornar um “depositário” para os problemas institucionais, mas sim o interlocutor e o agente instigador para os encaminhamentos adequados a resolução destes;

b) desenvolver um outro paradigma para a concepção de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, na instituição;

c) legitimar seu espaço enquanto promotor de relações mais saudáveis, em co-parceria com os segmentos internos.

Vice-reitoria Comunitária: Prof. João Décio Passos

Coordenação: Silvio SZ Porto (Psicólogo)

Supervisão: Sandra Eloiza Paulino (Assistente Social)

Equipe Educacional: Evandro Galvão (Pedagogo); Maria Rosilda Wiira (Psicóloga) e Mônica Nascimento (Psicóloga).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, C. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. São Paulo, Papirus, 2002.

BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**: São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico - O novo paradigma da Ciência**. Campinas: Papirus, 2003.

A INCLUSÃO NA UFPR: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Dra. Ruth Eugenia Cidade

NAPNE/Universidade Federal do Paraná

1. Introdução

O projeto UNIVERSIDADE SEM BARREIRAS – INCLUIR COM QUALIDADE compõe os esforços do ministério da educação, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Especial (SEESP), com relação ao PROGRAMA INCLUIR que se dedica a garantir o direito a educação superior para pessoas com deficiência e promover o cumprimento dos requisitos legais de Acessibilidade conforme a determinação do decreto nº 5.296 de 2004. Esse projeto dá continuidade às discussões e ações que já vinham sendo realizadas no âmbito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, seja pelas bancas especiais oferecidas no concurso vestibular, seja pelo Grupo de Trabalho sobre Pessoas com Necessidades Especiais (GTPNE).

Considerando o compromisso que a universidade pública tem em colaborar com a construção e socialização do conhecimento, bem como apontar para a importância de alternativas sociais mais justas e igualitárias, dentre as quais se destacam oferecer condições de acessibilidade e permanência das pessoas com necessidades especiais no espaço acadêmico, é que foi fundado - em 18 de abril de 2006 - o NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais. Este núcleo constitui-se como espaço para concretização e viabilização do projeto UNIVERSIDADE SEM BARREIRAS – INCLUIR COM QUALIDADE, que abrange direta ou indiretamente toda comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores) da UFPR.

2. Contextualizando o NAPNE

O NAPNE, localizado na Praça Santos Andrade, nº 50, no sub-solo do prédio Histórico da UFPR, está vinculado a PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante - e se constitui como um centro de referência para alunos, professores e servidores da UFPR.

Constituindo-se como um ponto de referência, o NAPNE busca concretizar os seguintes objetivos:

- Mapeamento de alunos com necessidades especiais na UFPR;
- Efetivação de permanente banco de dados sobre número de alunos, servidores e professores com necessidades especiais na universidade.

- Organização de cursos, espaços de discussão, grupos de estudos ligados à temática das necessidades especiais, no intuito de fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão, nas áreas das deficiências físicas, visuais, auditivas, múltiplas e altas habilidades/superdotação;
- Implementação de apoio didático-pedagógico e psicológico ao alunado com Necessidades Educacionais Especiais, bem como, orientar professores e técnico-administrativos para atender essa demanda;
- Articulação de espaços para capacitação dos profissionais envolvidos com a formação de educação básica e superior no âmbito interno e externo à Universidade de modo a ampliar a compreensão relativa às necessidades educacionais especiais.

Para a concretização desses objetivos o NAPNE conta com:

- a) Equipe multiprofissional da UFPR com experiência nas áreas de ensino, pesquisa e ou extensão no campo das necessidades especiais;
- b) Bolsistas - alunos de graduação - dos cursos de pedagogia, terapia ocupacional, psicologia, bacharelado em ciência da computação e licenciatura em história;
- c) Programa de apoio psicológico às pessoas da comunidade universitária que apresentam necessidades especiais, objetivando preservar a produtividade da vida acadêmica, orientar a resolução de problemas pessoais, aumentar o rendimento escolar e melhorar a qualidade de vida;
- d) Laboratório de Acessibilidade com adaptação de mobiliário, softwares e equipamentos de informática para a acessibilidade aos meios midiáticos e de tecnologia assistiva para alunos, professores e funcionários com necessidades especiais;
- e) Sala de aula com acessibilidade acústica para alunos com deficiência auditiva.

2.1 Metas de Ações

O NAPNE visa realizar, com apoio do Programa Incluir, a inclusão plena de pessoas com necessidades especiais na universidade. É importante ressaltar que por meio da contemplação de recursos obtidos pelo programa Incluir do MEC, nos anos 2005 e 2006 e daqueles provindos da UFPR, está-se tendo condições para ampliar o espaço e adquirir novos equipamentos, para melhorar o atendimento à comunidade universitária com necessidades especiais. Para tanto, o NAPNE almeja desenvolver as seguintes ações:

1. *Apoio Didático-Pedagógico para Alunos e Professores;*
2. *Serviço de Ledores/Monitores;*

3. *Laboratório de Acessibilidade:*
4. *Banco de dados e de informações a respeito do acesso, do ingresso e da permanência dos alunos com necessidades especiais na UFPR:*
5. *Sala de aula adaptada ao aluno com deficiência (física e sensorial);*
6. *Reativação do website do Grupo de Trabalho da Pessoa com Necessidades Especiais*
7. Realização de palestras, seminários e eventos em geral na área das necessidades especiais em parceria com ONG's, associações e escolas especiais e secretarias municipais e estaduais de educação para a comunidade em geral;
8. Organização de cursos de extensão de Braille a serem ministrados pelos alunos cegos ou profissionais cegos da UFPR à comunidade universitária;
9. Organização de cursos de extensão em LIBRAS a serem ministrados por profissionais ligados a associações, ONG's ou instituições ligadas à área da surdez à comunidade universitária;
10. Dar continuidade a organização dos cadernos temáticos em educação especial, tendo em vista que a instituição já organizou três publicações deste sentido;
11. Incentivo à organização de grupos de estudos ligados à temática das Necessidades Educacionais Especiais, com o intuito de fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão na instituição;
12. Realização do mapeamento de projetos, estudos que estão sendo realizados nos diversos setores da UFPR na área das Necessidades Educacionais Especiais, no sentido de cruzar dados e resultados e incentivar a criação de grupos de pesquisas ligados a esta temática.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

INCLUSÃO NA UFAC: A TRAJETÓRIA DE UM IDEAL

M^a do Perpetuo Socorro B. Moraes³
Maria de Lourdes Esteves Bezerra⁴
Murilena Pinheiro de Almeida⁵

O movimento inclusivo nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social. A inclusão está denunciando o abismo entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira e é renovadora dessa distância que precisa ser preenchida [...]

(Mantoan,
2001)

Introdução

Na nova realidade brasileira, quando a palavra de ordem é inclusão, não poderíamos nos furtar da responsabilidade de compor o grupo das universidades que hoje integram a proposta de repensar o modelo de ensino que historicamente vem desconsiderando a diversidade humana e tratando a sala de aula como um todo homogêneo, sem abrir oportunidades para aquelas pessoas que têm significativas dificuldades e limitações, muitas vezes intransponíveis, frente à falta de condições de acessibilidade que encontram.

Concordamos com Mantoan (2001, p. 51), quando afirma que

Não lidar com as diferenças é não perceber a diversidade que nos cerca, nem os muitos aspectos em que somos diferentes uns dos outros e transmitir, implícita ou explicitamente, que as diferenças devem ser ocultadas, tratadas à parte [...]

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Federal do Acre - UFAC
Coordenadora do NAI – Núcleo de Apoio à Inclusão - UFAC
Área de Fundamentos da Educação Especial e Psicologia da Educação

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade Federal do Acre - UFAC
Área de Psicologia da Educação e Fundamentos da Educação Especial
Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

⁵ Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade Federal do Acre – Acre
Área de Ensino de Ciências e Didática.

Como todos os educadores presentes a este evento e tantos outros, que por certo gostariam de estar aqui, desejamos a concretização da escola para todos; uma escola que realmente considere as diferenças como um aspecto inerente ao ser humano e que dê a cada pessoa o devido valor e assim caminhe, em busca de uma sociedade verdadeiramente acolhedora, solidária, justa e igualitária.

Breve Histórico da Educação Especial na UFAC

É difícil precisar o número de alunos com deficiência que já freqüentaram os cursos da UFAC, ao longo de sua existência, especialmente se considerarmos a grande indiferença que historicamente tem marcado a escola, frente às diferenças individuais, que exige de seus alunos a formação de competências, sem se importar com as dificuldades que eles possam sentir, em sua trajetória acadêmica.

A inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais, como um direito de todos à educação, previsto pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96 e por outras leis, decretos e documentos que constituem a política de educação inclusiva nacional e internacional, precisa ser conhecida por todos os educadores e pela sociedade em geral, para assim ser compreendida e assumida por todos.

Muitas pessoas, com algum tipo de deficiência, especialmente com deficiência física, tiveram acesso à UFAC e transpuseram as dificuldades, mas os registros que indicam a presença desses alunos, na instituição, datam de 1999, por ocasião da implantação do Fórum de Educação Especial e de pesquisa realizada por Nemetala e Silva, ao defenderem em sua Monografia de conclusão do Curso de Pedagogia, o tema “Escola Inclusiva: possibilidades e limitações”.

A partir de então vem sendo freqüente a presença de diversos alunos com deficiência visual e física, nos cursos de Economia, Pedagogia, Letras-Espanhol, Jornalismo e Medicina dentre outros. Estes, com algumas garantias, tais como: serviço de monitoria⁶, aquisição material didático, construção de rampas de acesso e oferecimento de cursos de formação continuada para professores, já não ficaram no anonimato, mas ainda assim tiveram muitas dificuldades.

A inserção da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais de Normalização e Integração da Pessoa de Necessidades Especiais”, no Curso de Pedagogia, em 1997 e de conteúdos específicos em algumas disciplinas, por recomendação da Portaria nº 1.793/94, são importantes conquistas registradas na UFAC, com a perspectiva de inclusão, por terem se constituído em importantes canais de informações que vêm mudando concepções e superando preconceitos.

⁶ Serviço de monitoria: Proposta pelo Fórum de Educação Especial, em 2000 e normatizada pela Resolução nº 21/2003/CEPEX/UFAC – Anexo I – Inciso II.

Conquistas no campo da Inclusão na UFAC

Nos últimos anos várias conquistas podem ser registradas na UFAC, no campo da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, como: instalação do Fórum de Educação Especial (1999); apoio a alunos com deficiência: transporte para cadeirantes; serviço de monitoria; fornecimento de material didático (fitas k-7 e gravador); mudança do nome da Disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais de Normalização e Integração da Pessoa de Necessidades Especiais” para “Fundamentos da Educação Especial”.

Outras importantes conquistas foram: abertura de uma vaga para professor efetivo, na área de Fundamentos da Educação Especial e inserção da Disciplina Fundamentos da Educação Especial em todos os Cursos de Licenciatura; realização de Cursos de Formação Continuada, Seminários, Oficinas (via Extensão); iniciação à pesquisa (Orientação de TCC e Monografias – alunos de diversas licenciaturas e até de bacharelados); realização do Curso de Especialização em Educação Inclusiva, em 2006-2007 e implantação do NAI (Núcleo de Apoio à Inclusão) – em 2006, com recursos do Programa Incluir/MEC/SEESP e garantia de consolidação do NAI, através de Projeto já aprovado pelo Programa Incluir, em 2007.

A criação do NAI – Núcleo de Apoio à Inclusão, ainda em fase de organização, foi possível, graças aos recursos do Programa Incluir, através do Projeto: “Promovendo a Acessibilidade de Pessoas com Deficiência na UFAC”, com o objetivo de suprir a Universidade Federal do Acre de condições adequadas de acessibilidade e garantia de atendimento especializado aos alunos e profissionais com deficiências.

Esse Projeto contempla as seguintes ações: Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas; Aquisição de Equipamentos e Materiais Didáticos Específicos e Organização do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais e Oferecimento de Cursos de Formação profissional de professores e técnicos da instituição.

Considerações Finais

Acreditamos que o processo de inclusão na UFAC é uma realidade, embora ainda existam muitas barreiras a serem vencidas, especialmente quanto à aceitação das pessoas com deficiência, enquanto pessoas inteligentes e capazes. Por outro lado, analisamos que a partir das ações em desenvolvimento, principalmente com o advento do NAI, a UFAC caminha para uma mudança significativa de paradigmas, tanto dos professores, quanto dos servidores administrativos e dos alunos,

Como analisa Mantoan, (2001, p. 70) “Implementar a escola aberta às diferenças e à qualidade da educação, que é igualitária, justa e acolhedora para todos,

é um sonho possível [...]”. Sendo assim, depende de nós, que acreditamos nessa escola e a defendemos, continuar apoiando-a e convencendo aqueles que ainda se encontram em processo de superação de uma míope visão preconceituosa frente a essa realidade com vistas ao acolhimento da inclusão em suas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ACRE. Universidade Federal do Acre. **Resolução nº 21, de 29 de maio de 2003**. Rio Branco-Ac: CEPEX/UFAC, 2003.

ACRE. Universidade Federal do Acre. Projeto **“Promovendo a Acessibilidade das Pessoas com Deficiência na UFAC”**. Rio Branco-Ac: UFAC, 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais acesso e qualidade**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação/SEF/SEE. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 23 de março de 1994** – Acessibilidade. Brasília: Centro Gráfico, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Org.). **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

NEMETALA, Cristina Dias; SILVA, Marinete Ardaia da. **Escola inclusiva: possibilidades e limitações**. 1999. 80f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Ac, 1999.

A Educação Inclusiva na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Prof. Nicolau Afonso Barth, M.Eng.
UTFPR – GEREC – CT
nicolau@utfpr.edu.br

Prof. Sonia Ana Charchut
Leszczynski, Dra.
UTFPR – PROREC
soniana@utfpr.edu.br

RESUMO

A Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR através do Programa de Extensão Social - PROES e a Diretoria do Campus Curitiba da UTFPR através do Programa de Tecnologia Assistiva - PROTA, vinculado a Gerência de Relações Empresarias e Comunitárias - GEREC buscam atuar no sentido de promover a inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais - PNE's nos âmbitos da Instituição e da sociedade como um todo.

Para tanto se desenvolve uma série de ações no segmento da Tecnologia Assistiva, entre as quais: a fabricação de bengalas e manutenção de máquinas Braille, o desenvolvimento do Emulador de Teclado e Mouse - ETM, as melhorias na acessibilidade aos ambientes da Instituição, as pesquisas ligadas a Tecnologia Assistiva – TA em desenvolvimento pelo programa de pós-graduação. Havendo perspectiva de ampliação de atuação no segmento, principalmente na geração de equipamentos-dispositivos e no estudo de acessibilidade de ambientes para PNEs.

Palavras chave: Tecnologia Assistiva; Acessibilidade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Instituição nasceu em 1909 como Escola de Aprendizizes Artífices atendendo a jovens desvalidos da sorte e, no decorrer dos anos seguiu o seu caminho passando por sucessivas transformações e em outubro de 2005 ocorreu a última. Atenta à sua origem, a Instituição sempre procurou incluir alunos de todos os segmentos sociais. Atualmente, com o elevado índice de procura nos cursos ofertados, ocorreu uma elitização do corpo discente. Mesmo assim, o foco na inclusão manteve-se e, são diversas as iniciativas neste sentido, agora envolvendo ações desenvolvidas por servidores técnicos administrativos e docentes além de pesquisas nos programas de pós-graduação. Também existem na Instituição tanto no quadro funcional como no corpo discente, pessoas portadoras de necessidades especiais e, tal demanda motiva a UTFPR a agir de forma pró-ativa no sentido da inclusão gerando soluções nos âmbitos interno e externo, cumprindo desta forma a função social de uma Universidade pública.

1. A ESTRUTURA

Na UTFPR há o PROES vinculado à Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias - PROREC com desdobramento nos campi por meio da GEREC. No campus Curitiba, esta gerência possui como missão: “Promover a interação entre universidade-empresa-comunidade, por meio da gestão dos processos de extensão, visando o desenvolvimento sócio-tecno-econômico regional sustentável.” Esta conta com o PROES-CT e com o PROTA, este último vinculado ao Departamento de Projetos e Serviços Tecnológicos - DEPET, o qual conta com um espaço para desenvolvimento e manutenção de produtos, envolvendo equipamentos de fabricação mecânica e elétrica. Igualmente, os laboratórios utilizados pelos programas de Pós-Graduação também têm sido utilizados no desenvolvimento de pesquisas envolvendo os PNE's.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS DA UTFPR

Inserida na extensão social, compreende-se a responsabilidade social como os preceitos da inclusão, promoção da igualdade de direitos e oportunidades, com vistas à ascensão dos indivíduos na sociedade, conscientizando nos educandos o respeito, a promoção e a defesa dos direitos humanos, da qualidade de vida e do meio ambiente.

Por meio da extensão social buscam-se mudanças e/ou soluções dos problemas regionais, capacitando recursos humanos da comunidade para participação, com consciência crítica, no desenvolvimento da UTFPR e da sociedade a que pertencem, não se limitando a um conjunto de ações, mas entendida como uma estratégia institucional que baliza todas e cada uma das ações, associando a produção do conhecimento científico e tecnológico com os modos de intervenção social.

3. AÇÕES DO PROES-CT

Sendo o campi Curitiba, local de origem da Instituição, este possui tradição no desenvolvimento de pesquisa e produtos voltados a TA. O PROTA – CT busca contribuir diretamente com a Melhoria da Qualidade de Vida dos PNEs, através de ações preventivas e corretivas em equipamentos utilizados por estes, e para estes, auxiliando-os tanto em seu cotidiano como também nos processos de qualificação e formação profissional existentes, contribuindo assim com a inclusão digital e social destes cidadãos, bem como, com o desenvolvimento regional.

Inicialmente o atendimento a comunidade PNE era realizado pela Divisão de Serviços Tecnológicos do então CEFET-PR - DITEC, o qual prestava também outros serviços de cunho tecnológico à comunidade externa a instituição, em 2004 foi o criado Programa de Ergodesign Aplicado a Tecnologia Assistiva - PEDTA, setor totalmente dedicado a desenvolver atividades voltadas aos PNES, porém com campo

de atuação limitado, onde o atendimento não contemplava as diversas demandas da sociedade na área da acessibilidade. Tendo se verificado esta questão, juntamente com o aumento significativo de alunos portadores de necessidades especiais na rede de ensino paranaense, buscou-se a Implantação do PROTA empregando o conceito de TA integrado a prática do Empreendedorismo Social. Estas ações visam promover serviços de qualidade, de fácil acesso e de baixo custo que venham a diminuir o tempo de espera no processo de manutenção dos equipamentos utilizados por PNEs, aumentando assim a disponibilidade dos mesmos para os próprios deficientes em suas atividades cotidianas, pois atualmente não existe no Estado do Paraná outra entidade especializada e com essas características.

Os serviços atualmente prestados pelo PROTA são descritas a seguir: desenvolvimento de equipamentos utilizados na produção de bengalas articuláveis, confecção e manutenção de bengalas articuláveis, manutenção em máquinas de escrever Braille, manutenção em impressoras Braille, impressão de material Braille, fabricação de dispositivos utilizados no ETM, cooperação na fabricação de plataformas elevadoras e elevadores para cadeirantes, fabricação de caneta ótica para deficientes visuais; manutenção em Sorobãs, manutenção em Regletes, manutenção em cadeira de rodas elétrica, capacitação em TA, constituição de banco de informações atualizado sobre novas TAs, realização de aquisição e disponibilização de equipamentos voltados a PNEs, parcerias institucionais no campo da acessibilidade.

Destaca-se que no processo de fabricação de bengalas, estimula-se o deficiente a trazer ao PROTA sua bengala antiga que esteja sem condições de uso para que este PNE efetue a troca por um produto novo, pois o material utilizado na confecção é o alumínio o qual é vendido para reciclagem, e o recurso financeiro oriundo é reinvestido na compra de outros tubos de alumínio para a confecção de novas bengalas articuláveis, o que vem a diminuir o custo de fabricação. Mesmo não havendo material para efetuar a troca mencionada, onde o objetivo é o reaproveitamento do recurso natural, a bengala articulável é fornecida gratuitamente ao deficiente visual, da mesma forma os demais serviços também são prestados sem custo de execução algum.

Segundo a Prestação de Contas de 2006 da UTFPR, o número total de clientes atendidos no Campus Curitiba pelo PROTA foi de 483, sendo que compõem este total os atendimentos realizados diretamente aos deficientes e a instituições.

A estratégia implantada na UTFPR visa utilizar sua estrutura descentralizada no Estado, aglutinando soluções tecnologicamente viáveis e dando suporte às entidades que trabalham com o desenvolvimento humano e profissional do PNEs, promovendo a sua inclusão digital e social, realizando assim a extensão universitária.

Na pesquisa realizada na UTFPR destaca-se o ETM - Projeto de Comunicação Alternativa para Portadores de Paralisia Cerebral, um software que disponibiliza no

monitor do computador um teclado, no qual se pode inserir distintas configurações aliado a um hardware concebido para viabilizar a acessibilidade do PNE conforme sua demanda específica, disponível em organizações voltadas ao atendimento de paraplégicos e, viabilizando a comunicação destes com o mundo via o computador com os textos produzidos e na web, a qual se torna plenamente acessível.

4. CONCLUSÕES

As ações aqui mencionadas representam uma atividade importante no âmbito da Instituição. No entanto, demanda estudos e aprofundamentos que não constam dos currículos habituais. A oficialização da Extensão Social é recente e o grande desafio está em congregar todas as iniciativas isoladas em torno dessa. Bem como, o desenvolvimento de uma cultura Institucional envolvendo servidores e corpo discente.

Apesar das dificuldades supra citadas entende-se que o pouco que vem sendo realizado tem uma relevância para a comunidade em geral. Fator que estimula e impulsiona na busca de soluções criativas e empreendedoras, como por exemplo, a participação em todos os editais do fomento ou premiação, por meio dos quais são obtidos recursos para alavancar os projetos em desenvolvimento e novas iniciativas.

5. REFERÊNCIAS

www.utfpr.edu.br

"<http://sistema.utfpr.edu.br/prorel>

Universidade Metodista: os desafios postos para a gestão de um espaço educacional inclusivo

Elizabete Cristina Costa-Renders⁷
Universidade Metodista de São Paulo
elizabete.costa@metodista.br

Introdução

Garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior é uma meta suscitada pela Universidade Metodista. Trata-se de reconhecer, institucionalmente, que a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade é de grande relevância social e acadêmica. Socialmente, possibilita uma nova visão da realidade onde a diversidade é valorizada e a diferença é respeitada. Desperta a “sensibilidade solidária”⁸ e pergunta pela acessibilidade de todos às mais diversas instâncias sociais. Academicamente, possibilita a construção de um paradigma educacional que é flexível e propício à inovação em vivências personalizadas do aprender a aprender.

Nestes termos, assumimos a inclusão como modelo interativo de pertença à instituição, como paradigma educacional que promove uma mudança de perspectiva educacional, onde incluir não se limita a ajudar alunos/as que apresentam dificuldades nos estudos, mas exige a construção das condições de acesso (física, comunicacional e atitudinal) e dá visibilidade aos “saberes diferentemente sábios”⁹.

Eixos de Acessibilidade: indicadores para a gestão do espaço educacional inclusivo

Consideramos o eixo da “acessibilidade”¹⁰ como indicador relevante para a gestão dos espaços educacionais (acadêmico e técnico-administrativo), especialmente, se entendermos a incapacidade como uma “resultante da relação entre as pessoas (com e sem deficiência) e o meio ambiente”¹¹. Se a incapacidade diz respeito a todos nós, a inclusão também é um processo contínuo de construção comunitária - no sentido de criar as condições de acesso nos ambientes educacionais. Todavia, tal percepção exige a partilha de conhecimento e a relação cooperativa na

⁷ Pedagoga, Mestre em Ciências da Religião e Doutoranda em Educação, é Assessora Pedagógica para Inclusão e professora das disciplinas “Educação Inclusiva” e “Por uma sociedade Inclusiva – LIBRAS” na Universidade Metodista de São Paulo.

⁸ ASSMANN, Hugo & SUNG, Jung Mo. *Competência e Sensibilidade Solidária*, p.74-106.

⁹ SANTOS, Boaventura Souza Santos. *O Fórum Social Mundial*. São Paulo: Cortez, 2005, p.25.

¹⁰ BRASIL. *Decreto 5296/dezembro de 2004*. Brasília: 2004, Art.8, inciso I.

¹¹ WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, p 43.

gestão do ambiente educacional, sempre considerando a diversidade e evitando a desconsideração da singularidade dos aprendizes. Trata-se da divisão de responsabilidades na gestão da acessibilidade.

Visando efetivar a gestão de um espaço educacional inclusivo, a Universidade Metodista criou, em 2005, a Assessoria Pedagógica para a Inclusão da Pessoa com Deficiência. Tal assessoria mediará diálogos nos diversos espaços da Universidade (acadêmicos e administrativos) no sentido da construção das condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência na comunidade universitária. Entende-se a inclusão como um tema transversal e, por conseguinte, suas linhas de ação tomarão forma quando articuladas com os eixos de acessibilidade (física, comunicacional e atitudinal) nos diversos espaços da Universidade. Nestes termos, tomaram forma as seguintes ações:

- **Programa de Difusão de LIBRAS**

Objetiva a difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), promovendo a capacitação da comunidade interna (docentes, discentes e funcionários) e da comunidade externa (empresas, ONGs, escolas, etc) para a utilização da LIBRAS no convívio com pessoas surdas. Exigiu a inserção de intérpretes de LIBRAS e de instrutores surdos no quadro funcional da Universidade (atuando em sala de aula e em eventos), bem como a inserção da disciplina de LIBRAS como disciplina curricular em alguns cursos (Fonoaudiologia, Pedagogia e Licenciaturas) e como disciplina optativa pelo Núcleo de formação Cidadã.

- **Biblioteca Digital para Pessoas Cegas**

Objetiva romper as barreiras que impedem o acesso de pessoas cegas ao referencial bibliográfico de seu curso. Exigiu a construção de acervo digitalizado e disponibilização de computador com software leitor de tela para que as pessoas cegas possam utilizar o acervo bibliográfico (digitalizado) de seu curso. Toda a Biblioteca Central foi sinalizada (piso direcional e alerta, diretório em Braile, mapa tátil) no sentido da promoção de locomoção segura para pessoas cegas.

- **Programa de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência**

Objetiva promover a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a começar pelo quadro funcional da Metodista. Prevê as seguintes linhas de ação: sensibilização dos gestores, capacitação de pessoas com deficiência, fórum com funcionários, adaptação de espaços de trabalho e construção de um Banco de Dados.

- **Grupo Interdisciplinar de Apoio Pedagógico para a Inclusão**

Objetiva construir uma rede de apoio a docentes e discentes. Composto por docentes de diversas áreas de conhecimento, reúne-se periodicamente para discussão das condições de acesso na Universidade. Exigiu a realização de Consulta Docente, a construção de documentos como as “Diretrizes Político-Pedagógicas para a Inclusão” e as “Orientações Imediatas para a Inclusão de Alunos com Deficiência”, bem como o oferecimento, através do Programa de Capacitação Docente, da oficina “Como ser professor universitário de uma pessoa com deficiência”.

- **Acessibilidade Física**

Está em vigor um processo permanente de adaptação das instalações da Universidade no sentido de sua acessibilidade para pessoas com deficiência: retirando pequenos degraus; construindo rampas; adaptando sanitários; instalando elevadores e telefones para surdos; disponibilizando softwares leitores de tela nos laboratórios de informática, etc. Tal processo exigiu a consideração das propostas da ABNT para acessibilidade de todos espaços educacionais, sendo que nosso maior desafio tem sido a eliminação de barreiras nos edifícios antigos.

- **Fórum de Inclusão, Projeto VIDA e Minuto da Inclusão**

A realização do Fórum de Inclusão (discussões periódicas sobre direitos das pessoas com deficiência – educação, trabalho, cidadania), do Projeto VIDA (atividades de esportes, cultura e lazer para pessoas com deficiência da comunidade externa) e do Minuto da Inclusão (programa de rádio diário, de veiculação nacional, produzido em parceria com o Instituto MID) possibilita um diálogo aberto sobre as questões relativas ao processo de construção de uma cultura inclusiva na comunidade universitária, bem como na sociedade em geral. Trata-se de romper as diversas barreiras atitudinais.

Conclusão

Especialmente no que toca à inclusão de pessoas com deficiência na universidade, somos desafiados a construir caminhos acessíveis (sejam físicos ou representativos), rompendo as barreiras (físicas, comunicacionais e atitudinais) já existentes e, conseqüentemente, “aprendendo a ser” uma universidade inclusiva – construindo novos e diferentes caminhos que possam ser percorridos pelos diferentes aprendizes (construção de uma cultura inclusiva na comunidade acadêmica). Todavia, é preciso, ainda, pontuar que tal processo não é isento de conflitos – os conflitos são inerentes ao movimento de eliminação de barreiras, especialmente quando se tratam de barreiras atitudinais. Entendemos, portanto, que as palavras da professora

Maria Teresa Mantoan também cabem ao ensino superior: “a inclusão é uma provocação”¹² aos espaços educacionais de ensino superior no sentido da visibilidade e do reconhecimento das pessoas com deficiência e de seus diferentes modos de ser e aprender.

¹² MANTOAN, Maria Teres Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003, p.25.